

1 Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às dez horas e cinco
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala
4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal. Rogério de Oliveira Silva declarou iniciadas as
5 atividades do primeiro dia da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
6 – APAF. Antes da discussão da ordem do dia, passou-se à discussão da composição da
7 Mesa Diretora. O CRP-05 se dispôs a participar da Mesa Diretora no primeiro dia.
8 Esclareceram-se os critérios para composição da Mesa, dando prioridade aos Conselhos
9 Regionais com maior número de delegados. O CRP-13 também se dispôs a compor a
10 Mesa no primeiro dia., embora não seja um CRP com maior número de delegados. A
11 composição da Mesa Diretora para o primeiro dia foi definida por consenso: Ana
12 Sandra Fernandes (CRP-13), Maria da Graça Corrêa Jacques (CFP - Coordenação da
13 Mesa), Rodrigo Acioli Moura (CRP-05). Para o segundo dia, o CRP-06, CRP-07 e
14 CRP-08 dispuseram-se a compor a Mesa Diretora. Antes do início da discussão da
15 pauta, foram debatidas algumas questões de ordem prática, como horário de almoço e
16 retorno das atividades. Passou-se, em seguida, à discussão da pauta. Guilherme
17 Bertassoni da Silva (CRP-08) solicitou a inclusão do ponto de pauta "Ofício 961-15 do
18 CRP-08". Sandra Valéria Nogueira (CRP-09) solicitou a retirada dos itens 5 a 11,
19 pautados pelo próprio CRP-09, da pauta prevista, pois foram tratadas na reunião de
20 tesoureiros. Maria da Graça Corrêa Jacques esclareceu que uma pauta prioritária foi
21 acordada na reunião de Presidentes e solicitou que, antes das discussões de inclusão ou
22 exclusão, essa pauta fosse apreciada. Também solicitou preferência aos pontos 2.1, 2.2,
23 10, 12, 14 e 19 já que serão apresentados por convidados do CFP, o que não foi acatado.
24 Vários CRPs solicitaram prioridades nos pontos a serem discutidos. Foi acordada uma
25 pauta prioritária conforme listado abaixo. Antes o início da pauta, foi feita a conferência
26 dos delegados para o primeiro ponto. **1. APRECIÇÃO DA ATA DA APAF DE**
27 **DEZEMBRO DE 2014.** Participaram do ponto. CFP: Rogério de Oliveira Silva; Maria
28 da Graça Corrêa Jacques; Sergio Luis Braghini; Jefferson de Souza Bernardes; CRP-01:
29 Carolina Fernandes, Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior;
30 Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes; Marta Campos; CRP-04:
31 Roberto Chateaubriand Domingues; Eliane de Souza Pimenta; CRP-05: José Novaes;
32 Rodrigo Acioli Moura; Marília Alvares Lessa; CRP-06: Elisa Zaneratto Rosa; Luiz
33 Fernando Saraiva; Guilherme Luz Fenerich; CRP-07: Simone Bampi; Anderson
34 Laurindo Da Silva Comin; Mariana Allgayer; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva;
35 Anita Castro Menezes Xavier; Rodrigo David Alves de Medeiros; CRP-09: Wadson
36 Arantes Gama; Sandra Valéria Nogueira; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; Luiz
37 Romano da Motta Araújo Neto; CRP-11: Diego Mendonça Viana; Anice Holanda
38 Nunes Maia; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues; Fabricio Antonio Raupp;
39 CRP-13: Ana Sandra Fernandes; Helga Cristine Maciel Hofmann; CRP-14: Fernando
40 Faleiros de Oliveira; CRP-15: José Felix Vilanova Barros; Laeuza Lúcia da Silva
41 Farias; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17:
42 Gildeon Mendonça da Costa; CRP-18: Alcindo José Rosa; CRP-19: Alberto de Jesus
43 Orge Rocha; CRP-20: Gibson Alves dos Santos; Ilmar Costa Lima; CRP-21: Eduardo
44 Jasson Loureiro Muniz Moita; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de

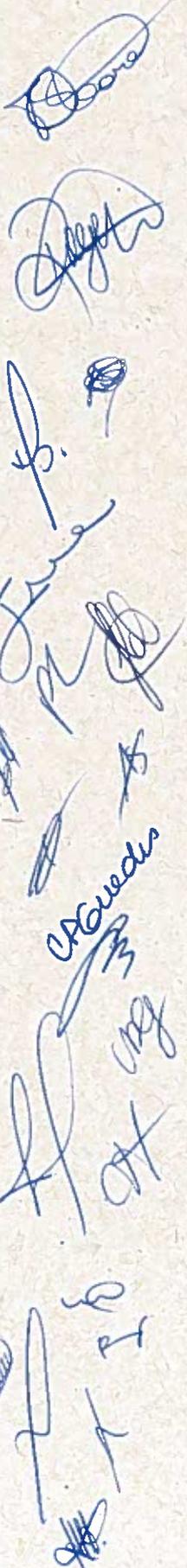
45 Oliveira Soares. Maria da Graça Corrêa Jacques (CFP) questionou se alguma delegação
46 gostaria de realizar destaques para alterações na ata do primeiro dia. Elisa Zaneratto
47 Rosa (CRP-06) solicitou a inclusão da palavra "prioritariamente" após a "conta
48 divulgação é destinada..." na linha cento e dez. Em regime de votação, a ata do primeiro
49 dia da APAF anterior foi aprovada por unanimidade. Não houve destaques para
50 alterações para a ata do segundo dia. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12)
51 solicitou a inclusão do nome das pessoas que realizam fala nas próximas atas, quando
52 possível. Em regime de votação, a ata do segundo dia foi aprovada por unanimidade. 2.
53 **Ofício 961-15 do CRP-08.** Participaram do ponto. CFP: Rogério de Oliveira Silva;
54 Maria da Graça Corrêa Jacques; Sergio Luis Braghini; CRP-01: Carolina Fernandes,
55 Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior; Murilo Tolêdo
56 Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes; Marta Campos; CRP-04: Roberto
57 Chateaubriand Domingues; Eliane de Souza Pimenta; CRP-05: José Novaes; Rodrigo
58 Acioli Moura; Marília Alvares Lessa; CRP-06: Elisa Zaneratto Rosa; Guilherme Luz
59 Fenerich, Luiz Fernando Saraiva; CRP-07: Simone Bampi; Anderson Laurindo Da Silva
60 Comin; Mariana Allgayer; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva; Anita Castro
61 Menezes Xavier; Renata Campos Mendonça; CRP-09: Wadson Arantes Gama; Eriko
62 Netto de Lima; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; Luiz Romano da Motta Araújo Neto;
63 CRP-11: Diego Mendonça Viana; Anice Holanda Nunes Maia; CRP-12: Jaira Terezinha
64 da Silva, Fabrício Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes; Helga Cristine Maciel
65 Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; Fernando Faleiros de Oliveira; CRP-15:
66 José Felix Vilanova Barros; Laeuza Lúcia da Silva Farias; CRP-16: Hildicéia dos
67 Santos Affonso; Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Gildeon Mendonça da Costa;
68 CRP-18: Alcindo José Rosa; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Gibson
69 Alves dos Santos; Ilmar Costa Lima; CRP-21: Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita;
70 CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. Rodrigo Acioli
71 Moura (CRP-5/Mesa Diretora) esclareceu que as falas terão duração de três minutos.
72 Guilherme Bertassoni Da Silva (CRP-08) iniciou o debate do ponto de pauta sobre o
73 referido ofício e prosseguiu à leitura do documento. A proposta de encaminhamento
74 trazida pelo CRP-08 é de apoio à nota do CRP08 pela APAF, como moção de repúdio
75 em relação à posição do CFP, no caso relatado referente à publicidade de informações
76 sobre julgamento de recurso de um processo ético, contrariando a própria orientação aos
77 Conselhos Regionais e aos trâmites legais. Eriko Netto de Lima (CRP-09) manifestou-
78 se em defesa do CFP, uma vez que considera que o julgamento citado no ofício seguiu
79 os ritos processuais previstos no Código de Processamento Disciplinar. Várias
80 delegações (CRP-16, CRP-03, CRP-05 e CRP-10) manifestaram-se pela legitimidade do
81 julgamento, mas repudiaram a incompatibilidade dos procedimentos adotados a partir
82 da divulgação de fatos a cerca do julgamento, conforme apresentado no ofício. Jaira
83 Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12) solicitou que fosse realizado um manifesto da
84 APAF sobre o posicionamento do Sistema Conselhos relativo à matéria. Tássio de
85 Oliveira Soares (CRP-23) solicitou manifestação do CFP sobre os fatos apontados no
86 ofício. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10) manifestou-se favoravelmente à
87 moção de repúdio. Wadson Arantes Gama (CRP-09) relatou que não foi o CFP que
88 realizou manifestações sobre o julgamento, mas sim terceiros, por meio da mídia, e que



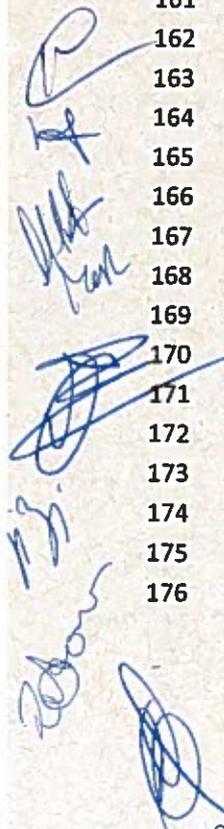
a Nota de Esclarecimento do Conselho Federal não realizou quebra de sigilo; ela tinha o intuito de alertar que a divulgação desses informes era danosa ao processo como um todo. Carolina Fernandes (CRP-01) manifestou apoio à moção de repúdio proposta. Luiz Saraiva (CRP-06) afirmou que a discussão do ponto deve se restringir ao conteúdo do documento do CRP-08, ou seja, sobre a suposta quebra de sigilo por parte do Conselho Federal. José Felix Vilanova Barros (CRP-15) manifestou que se não houver real interesse em investigar aqueles que realizaram o vazamento das informações não haveria consequências práticas e sugeriu que o CFP realize essas diligências, para evitar que essa discussão torne-se apenas pretexto para debates políticos. Esta proposta foi formalmente apresentada e rejeitada pelo Plenário. Norma Celiane Cosmo (CRP-14) apoiou os encaminhamentos propostos e sustentou que os eventuais erros de psicólogos, em relação a comentários sobre o processo, não podem justificar os erros cometidos pelo CFP. A Mesa Diretoria colocou em consulta o pleito de extensão do tempo de fala da delegação do CFP para esclarecimentos. Sem objeções, a delegação do CFP fez uso da palavra. Sergio Luis Braghini realizou esclarecimentos de que a nota do CFP foi publicada apenas após a comunicação por telefone ao CRP-08. Afirmou que o CRP-10 publicou nota sobre o resultado do julgamento, antes mesmo da divulgação do resultado por parte do CFP. Afirmou que a moção de repúdio também deveria contemplar as ações do CRP-10, que publicou manifesto sobre o resultado do julgamento antes mesmo da divulgação oficial do CFP. Jureuda Duarte Guerra (CRP-10) solicitou direito de resposta. Jureuda Duarte Guerra esclareceu que a manifestação do CRP-10 só foi feita após a divulgação do resultado por parte da Psicóloga e a partir de uma declaração feita na página pessoal da Presidente do CFP; sustentou que a manifestação do referido Conselho Regional está em consonância com os valores defendidos pela Psicologia. Afirmou que considerou o Ofício do CFP como ameaçador e com tom de censura às manifestações do CRP-10. Maria da Graça Corrêa Jacques colocou as propostas em regime de votação. A proposta do CRP-08 de referendar a nota de seu Ofício 961-15, como moção de repúdio da APAF, contra as ações do CFP referente ao caso tratado no Ofício CRP 08 961/15 foi aprovada com trinta e três votos favoráveis, sete contrários e quatro abstenções. A proposta do CRP-12 – “Elaboração de Manifesto contendo a posição do Sistema Conselhos sobre o tema: ‘Laicidade da Psicologia e as normas de atuação das(os) psicólogas(os) em relação às questões de orientação sexual’ - foi aprovada com trinta e quatro votos favoráveis, seis contrários e três abstenções. A nota que será divulgada será elaborada pelos representantes dos CRP-07, CRP-08, CRP-12 e CFP e deverá ser apresentada a este coletivo para aprovação. **2. ELEIÇÕES.** Participaram do ponto: CFP: Rogério de Oliveira Silva; Maria da Graça Corrêa Jacques; Sergio Luis Braghini; CRP-01: Carolina Fernandes, Wagner Gonçalves Saltorato; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior; Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes; Marta Campos; CRP-04: Roberto Chateaubriand Domingues; Eliane de Souza Pimenta; CRP-05: José Novaes; Rodrigo Acioli Moura; Marília Alvares Lessa; CRP-06: Elisa Zaneratto Rosa; Gabriela Gramkow; Guilherme Luz Fenerich; CRP-07: Simone Bampi; Anderson Laurindo da Silva Comin; Mariana Allgayer; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva; Rodrigo David Alves de Medeiros; Anita Castro Menezes Xavier; CRP-09: Wadson Arantes Gama; Sandra Valéria Nogueira; CRP-10:

136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176

Jureuda Duarte Guerra; Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP-11: Diego Mendonça Viana; Anice Holanda Nunes Maia; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues; Inea Giovana da Silva Arioli; CRP-13: Ana Sandra Fernandes; Helga Cristine Maciel Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; Irma Macário; CRP-15: José Felix Vilanova Barros; Laeuza Lúcia da Silva Farias; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Gildeon Mendonça da Costa; Bruno Carvalho Pereira; Daniel Santos de Carvalho; CRP-18: Alcindo José Rosa; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Gibson Alves dos Santos; Ilmar Costa Lima; CRP-21: José Augusto Santos Ribeiro; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. Rogério de Oliveira Silva (CFP) apresentou os documentos elaborados e resultados do Grupo de Trabalho sobre Eleições. Informou sobre a impossibilidade da utilização de urnas eletrônicas, após consultas ao TSE. Expôs as questões relativas à segurança da votação online e via papel, assim como possíveis soluções com vistas a garantir a integridade do processo. Também foi feita uma exposição com o comparativo entre as modalidades de votos e os dados referentes à última eleição. Maria da Graça Corrêa Jacques abriu as discussões. CRP-12 solicitou o envio dos documentos referente ao Grupo de Trabalho. Rogério de Oliveira Silva (CFP) esclareceu que todos os documentos foram enviados nas remessas da APAF, mas que a apresentação aos presentes foi elaborada por ele a partir dos mesmos documentos enviados a todos. Maria da Graça Corrêa Jacques solicitou à equipe de apoio que a apresentação seja disponibilizada em formato digital, após concordância de Rogério de Oliveira. Laeuza Lúcia da Silva Farias (CRP-15) apresentou o posicionamento favorável à eleição online, mas que a questão da segurança precisa ser mais bem discutida. Considerou que é importante avançar na discussão do ponto para que haja tempo suficiente para se testar e aprimorar as questões de seguranças relativas ao voto online. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) agradeceu Rogério de Oliveira Silva (CFP) pela condução das atividades do Grupo de Trabalho e pela exposição realizada. Considerou, entretanto, que é preciso aprofundar as discussões do tema, uma vez que não foi possível analisar todos os subsídios necessários para as deliberações sobre o assunto. Afirmou que a modalidade online não trouxe um aumento proporcional do número de votantes, assim como o fato de que houve problemas para gerações de senha na última eleição. Sandra Valéria Nogueira (CRP-09) manifestou-se favoravelmente à votação online. Afirmou que o retorno ao voto impresso poderia ser um retrocesso e que a prioridade, após a definição da votação online, deve ser a discussão das questões de segurança. Alcindo José Rosa (CRP-18) expos as discussões ocorridas no âmbito deste regional, uma vez que o raio de 50 km estabelecido não foi favorável à participação dos psicólogos do interior. Afirmou que houve problemas com recebimento das cédulas por correio e que considera que o voto online poderá ampliar a votação, mas que a questão do percentual de participação nas eleições tem mais relação com a participação da categoria como um todo nas ações do Sistema Conselhos do que com o modelo de votação. Wagner Sautorato (CRP-01) considerou tendenciosa a pesquisa realizada pelo CFP referente a opinião da categoria sobre a votação online que revelou mais de noventa por cento de apoio, uma vez que o público alvo era justamente formado por pessoas já familiarizadas com a Internet. Rogério de Oliveira Silva (CFP) esclareceu que a proposta é de ser avançar com o



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Jureuda', 'Rogério', 'Laeuza', 'Sandra', 'Alcindo', 'Wagner', and 'Diego'.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Sandra', 'Alcindo', 'Wagner', and 'Diego'.

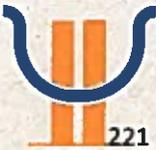


177
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220

processo online e não de abolir os outros mecanismos de votação, como o presencial e por correspondência. Afirmou que a redução percentual também aconteceu em 2010, quando não havia voto online, inferindo que a queda não tem relação exclusiva com a modalidade de voto. José Novaes (CRP-05) defendeu que o regimento também deveria ser discutido nesta APAF e não apenas na questão de modalidade, uma vez que considera que há problemas no regimento que precisam ser debatidos. Gibson Alves dos Santos (CRP-20) apresentou preocupação com as tentativas de fraude nas últimas eleições, considerou importante, no caso da modalidade online, ser desenvolvido um aplicativo para smartphones. Defendeu que a discussão sobre segurança da votação é primordial e que o voto online não inviabiliza o voto impresso. José Felix Vilanova Barros (CRP-15) reforçou a necessidade de aprimorar os debates junto à categoria durante o período que antecede às eleições de modo a garantir uma maior participação. Julgou importante a ampliação do raio onde seria permitida a votação online. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12) julgou importante ampliar a publicidade sobre as modalidades de votação, esclarecendo os casos em que será possível votar online, além de garantir a politização do processo. Afirmou que as decisões sobre o tema devem partir do GT e da APAF e que devem ser realizados estudos mais aprofundados no âmbito regional sobre o tema. Diego Mendonça Viana (CRP-11) afirmou que a votação online englobaria apenas 47% da população, o que poderia ser considerado como um sistema menos democrático. Esclareceu que é importante esclarecer os fluxos de votação dentro do Sistema e também para os profissionais. Considerou que a participação dos profissionais no processo eleitoral é uma questão mais ampla, que envolve a participação da categoria como um todo, uma vez que a dificuldade apresentada no processo eleitoral seria reflexo do entendimento da categoria em relação ao sistema. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) afirmou que é importante uma campanha para atualização do cadastro nacional, independentemente do modelo de votação escolhido. Esclareceu que, após a aprovação do modelo de votação, as discussões devem ser feitas por meio de uma Comissão Eleitoral e que, o Regimento só poderá ser mais bem avaliado a partir dessa definição. Rogério de Oliveira Silva (CFP) apoiou as manifestações do CRP-06 e reafirmou a importância de aprimorar o diálogo com a categoria com vistas a aumentar a participação dos profissionais na votação. Maria da Graça Corrêa Jacques (CFP) questionou se alguma delegação era contra encerrar os debates e passar para votação da seguinte proposta "Manutenção da modalidade de votação online para as Eleições 2016". Alguns Conselhos Regionais solicitaram esclarecimentos sobre a proposta em votação. Após os esclarecimentos fornecidos pela Mesa Diretora, passou-se à votação da proposta: "Manutenção da modalidade de votação online para as eleições 2016". A proposta foi aprovada por quarenta e um votos favoráveis, um voto contrário e cinco abstenções. Os trabalhos da APAF foram interrompidos às treze horas e trinta minutos para o almoço e retornaram às quinze horas. Maria da Graça Corrêa Jacques (CFP) solicitou que, após a finalização da discussão das Eleições, a discussão passasse aos pontos de pautas que serão apresentados por convidados do CFP. O CRP-06 manifestou-se contra e Sergio Luis Braghini (CFP) manifestou-se a favor da proposta. Em regime de votação, a proposta de inversão de pauta foi rejeitada por vinte e oito votos contra, onze votos a favor e três

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten signatures and notes on the right margin]



221 abstenções. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) sustentou que deverão ser deliberadas ações
concretas e que a Comissão Eleitoral deve apresentar resultados na APAF de dezembro,
222 para que então se contrate uma empresa para o modelo/fluxo de votação a ser decidido
em dezembro. A delegação do CFP afirmou que os protocolos de segurança e do
223 modelo devem ser testados e contratados antes mesmo da APAF de dezembro, cabendo
à Comissão Eleitoral elaborar esses critérios. Maria da Graça Corrêa Jacques abriu
224 inscrições para discussão referente ao item 3.6 da proposta "Contratar a empresa que
225 será responsável pelo sistema para voto online (por meio de licitação), customizar o
226 sistema a ser utilizado e testá-lo. Janaina Leslão Garcia (CRP-06) afirmou que a
227 Comissão Eleitoral não pode deliberar sobre qual sistema eletrônico será usado, mas
228 somente a APAF. Simone Bampi (CRP-07) apresentou esclarecimentos referentes ao
229 item 3.3 "Realizar ampla campanha para garantir mobilização da categoria para o
230 processo eleitoral;". Rogério De Oliveira Silva (CFP) esclareceu que qualquer uma das
231 empresas tem capacidade técnica para elaborar o sistema para ser apreciado pela APAF,
232 e que a contratação não envolve somente o modelo de sistema online, mas também
233 questão de criptografia, servidores, procedimentos de segurança e auditoria. Ressaltou
234 que só será possível testar e apresentar resultado para a APAF caso haja um sistema real
235 em testes. Esclareceu-se que a customização do sistema poderá ser feita por qualquer
236 uma das empresas e que, na última eleição, a empresa pode realizar a customização após
237 ouvir a APAF de dezembro. Sergio Luis Braghini (CFP) afirmou que caso a contratação
238 não seja feita antes de dezembro, a votação online pode ser inviabilizada. Sandra
239 Valéria Nogueira (CRP-09) ressaltou que o procedimento de contratação da empresa
240 não é meramente por escolha, mas por meio de processo licitatório. Abriam-se
241 novamente as inscrições. Algumas delegações manifestaram pela contratação da
242 empresa e que customização e apresentação do fluxo de votação online deveriam ser
243 feita posteriormente. Outras levantaram a necessidade de se discutir, os critérios de
244 segurança a serem adotados ao invés de questões administrativas sobre a contratação de
245 empresas. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05) considerou ser importante três etapas nesse
246 processo de definição do processo eleitoral: a) definição das modalidades de votação; b)
247 contratação de empresa por parte do CFP; c) customização do sistema na próxima
248 APAF. Janaina Leslão Garcia (CRP-06) considerou que, mesmo havendo as questões
249 administrativas levantadas pelo CFP, o processo de construção da ferramenta deve
250 ocorrer durante o segundo semestre para que não se chegue na APAF com um modelo
251 pronto, para ser aprovado apenas. José Augusto Santos Ribeiro (CRP-21) concordou
252 com a posição apresentada de que uma empresa pode ser contratada e realizar a
253 customização até a próxima APAF. Relembrou que a empresa pode sofrer sanções
254 administrativas caso não cumpra os critérios estabelecidos e que a Assembleia deveria
255 buscar utilizar melhor o tempo abstendo-se da discussão técnica, como protocolos de
256 internet, por exemplo. Wagner Sautorato (CRP-01) considerou importante a discussão
257 sobre os critérios de segurança a serem adotados. Outras delegações consideraram que
258 isso poderia ser feito a partir da contratação da empresa, e que alguns critérios já foram
259 apresentados pelo GT. Sendo assim, as seguintes propostas foram colocadas em
260 votação: "3.2. Avaliar as modalidades de votação por meio de uma pesquisa a ser
261 apreciada na próxima APAF; 3.3. Realizar ampla campanha para garantir mobilização
262
263
264

268 da categoria para o processo eleitoral; 3.4. Realizar campanha para atualização do
269 Cadastro Nacional e mobilizar o Sistema Conselhos para tal; 3.5. Avaliar a segurança
270 do próximo sistema a ser utilizado para o voto online; 3.6. Contratar a empresa que será
271 responsável pelo sistema para voto online (por meio de licitação), customizar o sistema
272 a ser utilizado e testá-lo. O sistema deverá ser apresentado na APAF de dezembro de
273 2015; 3.7. Considerar os itens elencados pelo GT Eleições para garantir a segurança do
274 sistema do voto online.”. As propostas foram aprovadas quarenta e um votos favoráveis
275 e duas abstenções. Rogério de Oliveira Silva (CFP) iniciou o debate do Regimento
276 Eleitoral. Procedeu-se à discussão da metodologia para aprovação do Regimento. Foi
277 sugerido que fosse feita a leitura integral da proposta de Regimento com a realização de
278 destaques. A Mesa Diretora passou à leitura dos itens do regimento. As delegações
279 realizaram vários destaques. CFP solicitou destaque no “Art. 3º. Revogam-se as
280 disposições em contrário, especialmente as Resoluções CFP nº 002/2000 e 003/2008.”.
281 Rogério de Oliveira Silva (CFP) sugeriu a inclusão da numeração da resolução
282 005/2012. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) solicitou destaque Art. 1º. A consulta para o
283 Conselho Federal de Psicologia – CFP e as eleições para os Conselhos Regionais de
284 Psicologia – CRPs se darão nas modalidades: correspondência e/ou internet, e
285 obedecerão ao presente regimento eleitoral e anexo. Após esclarecimentos, foi mantido
286 o texto original. Diego Mendonça Viana (CRP-11) solicitou destaque no “Art. 2º - III –
287 A equidade de tratamento, garantindo que todas as partes concorrentes tenham a mesma
288 oportunidade de acesso, tanto aos recursos materiais quanto aos serviços da instituição
289 que serão oferecidos de acordo com este Regimento, bem como na aplicação de suas
290 normas;”. Solicitou a troca do termo equidade por isonomia. A alteração foi aprovada
291 por unanimidade. Gabriela Gramkow (CRP-06) solicitou a inclusão de um inciso sobre
292 politização do processo eleitoral no Artigo 2º. A sugestão de texto será apresentada e
293 incorporada. Várias delegações apresentaram destaque para alterações de redação para o
294 Cargo de Secretário Regional (que estava listado como Diretor Regional) além de
295 adequação de numeração da antiga resolução e adequações às previsões da Lei 5.776/71
296 no que tange a composição das chapas, referentes à Seção II do Regimento – “Das
297 Eleições para o Conselho Federal”. Em relação aos impedimentos constantes no “Artigo
298 9º - III – ter sido afastado por falta ou abandonado mandato de Conselheiro Regional ou
299 Federal, resultante de eleição para membro efetivo ou suplente, exceto quando
300 comprovadamente houve impedimento por motivo de saúde ou mudança de residência
301 para outra jurisdição ou país, no caso de Conselheiro Regional, e saúde ou mudança de
302 país, no caso de Conselheiro Federal.”, Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06), Diego
303 Mendonça Viana (CRP-11) e José Novaes (CRP-05) solicitaram destaques. Houve duas
304 propostas, a primeira defendida pelas duas primeiras delegações de retirada completa do
305 item, e a segunda de retirada apenas do termo abandono. Por consenso, o item foi
306 retirado do Regimento. Rogério de Oliveira Silva (CFP) solicitou destaque no “Artigo
307 14º § 4º Os Conselhos Regionais providenciarão a atualização do cadastro de
308 profissionais inscritos, com a antecedência necessária, para o suporte às diversas etapas
do processo eleitoral.”. Defendeu que ficasse estabelecido um prazo para atualização do
cadastro. Após debate, acordou-se que o prazo constará no Anexo do Regimento
Eleitoral. CRP-06, CRP-12 e CRP-17 solicitaram destaque no Artigo 17º “VII –



312 divulgação para os CRPs do Cronograma Eleitoral, com as informações necessárias para
313 as providências referentes aos primeiros eventos de responsabilidade das Diretorias,
314 notadamente a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, a nomeação das
315 Comissões Regionais Eleitorais e o envio do presidente da CRE para Encontro
316 Nacional;”. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) explicou que considera que a Comissão
317 Eleitoral deve garantir a realização de debates online obrigatório para as eleições. Jaira
318 Terezinha da Silva Rodrigues considera importante estabelecer um cronograma para
319 envio das documentações assim como de realização de debates e mala direta online e
320 digital por exemplo. Em relação ao “Art. 18 No mês de janeiro do ano das eleições ou
321 até um mês antes da data estabelecida para a publicação dos editais de convocação para
322 inscrição de chapas, o CRP convocará uma Assembleia Geral Extraordinária para
323 deflagrar o processo eleitoral em sua jurisdição e obter a indicação de nomes para
324 compor a Comissão Regional Eleitoral (CRE) que será constituída por psicólogas (os)
325 não conselheiros regionais.”, o CRP-06 solicitou destaque. Elisa Zaneratto Rosa julgou
326 importante constar as datas previstas para publicação do edital. Ficou acordado o
327 seguinte texto: “A partir de 4 de janeiro ao dia 29 de fevereiro de 2016, o CRP
328 convocará uma Assembleia Geral Extraordinária para deflagrar o processo eleitoral em
329 sua jurisdição e obter a indicação de nomes para compor a Comissão Regional Eleitoral
330 (CRE) que será constituída por psicólogas (os) não conselheiros regionais.”. Em relação
331 ao parágrafo único do mesmo artigo, o CFP solicitou destaque: “Parágrafo Único. Os
332 membros da Comissão Regional Eleitoral serão nomeados por Portaria da Diretoria do
333 CRP.”. Sergio Luis Braghini (CFP) solicitou a retirada do termo Diretoria. A sugestão
334 foi acatada. Luiz Romano da Motta Araújo Neto (CRP-10) solicitou destaque ao artigo
335 22º “I – verificar junto à administração do Conselho Regional as informações
336 disponíveis, referentes ao cumprimento do que consta nos incisos III, IV, VI e VII do
337 artigo 8º, e inciso I do artigo 9º da presente Resolução”;. Sugeriu a troca do termo
338 disponíveis. Em relação ao prazo de votação, previsto no artigo 32º, foi proposta uma
339 ampliação de prazo pela delegação do CFP, que foi acatada. Foram apresentados
340 destaques na Seção “Do Voto por Correspondência – Art. 34º”. Rogério de Oliveira
341 Silva (CFP) esclareceu que a limitação de 50 km para o voto online foi informada por
342 ofício pela última gestão, uma vez que não constava no Regimento anterior. Considera
343 importante que uma eventual limitação conste no Regimento Eleitoral para as eleições
344 de 2016. Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) manifestou-se favoravelmente ao fato de que a
345 limitação espacial para votação de internet devesse constar no Regimento. Em relação
346 ao voto por correspondência, alguns CRPs expuseram dificuldade com esse modelo,
347 assim como outros expuseram sua preocupação com os incidentes da última eleição em
348 relação ao voto online. Anice Holanda Nunes Maia (CRP-11) expos as dificuldades que
349 alguns profissionais tiveram em relação ao voto online, pois muitos ficaram confusos,
350 pois foi divulgado que “todos poderiam votar de onde estivessem”, mas houve uma
351 restrição geográfica que prejudicou a votação. Às dezenove horas e dez minutos a
352 delegação do CRP-21 se retirou em função do horário. Em relação ao modelo de
votação por correspondência, após debate, consolidaram-se duas propostas, uma
apresentada por Elisa Zaneratto Rosa (CRP-06) e outra por Rogério de Oliveira Silva
(CFP). Proposta A (CRP-06): “O voto por correspondência será enviado a todos os

353 psicólogos que residam a mais de 50 km de distância de posto de votação do seu CRP,
354 juntamente com as orientações para a votação pela internet. Caberá ao psicólogo
355 escolher a modalidade de votação a ser utilizada, sendo que, em caso de votação por
356 duplicidade, o voto por correspondência será descartado pela Comissão Regional
357 Eleitoral”. Proposta B (CFP): “Para as cidades onde não seja possível o voto pela
358 internet, ou que a(o) psicóloga(o) opte por votar por correspondência, mediante
359 definições e estudos das Comissões Regionais Eleitorais (CREs), Comissão Eleitoral
360 Especial (CEE) e Comissão Eleitoral Regular (CER) será adotado o voto por
361 correspondência.”. Em regime de votação, a proposta A foi aprovada por vinte e três
362 votos, contra 21 votos em favor da proposta B e uma abstenção. Elisa Zaneratto Rosa
363 (CRP-06) solicitou destaque no “Art. 38º. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais
364 garantirão às chapas concorrentes a suas respectivas vagas a impressão e postagem
365 gratuita de no mínimo uma correspondência, com número de caracteres ou espaço
366 gráfico especificado pela Comissão Eleitoral, destinada a dar à categoria conhecimento
367 de suas propostas.”. Sugeriu-se a inclusão de alguns pontos nesse artigo, dentre os quais
368 a definição de um número mínimo de debates online a ser promovidos pela comissão
369 eleitoral. Houve consenso de que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais devem
370 realizar pelo menos um debate entre as chapas, em conformidade com as respectivas
371 Comissões Eleitorais. Os Conselhos Regionais que puderem, farão debate com
372 transmissão online. Os demais deverão realizar os debates e gravá-los para transmissão
373 posterior, e não somente por transmissão simultânea. O CFP e os CRPs que tiverem
374 boletins online devem enviar ao menos um boletim com a inclusão da divulgação das
375 propostas das chapas concorrentes em iguais condições. Em relação à proposta a seguir,
376 apresentada pelo CRP-06, houve necessidade de votação. Em regime de votação, o
377 texto: “O CFP e os CRPs que tiverem redes sociais devem realizar três postagens com
378 divulgação das chapas e suas plataformas em iguais condições.” foi aprovada por vinte e
379 um votos enquanto a proposta “O CFP e os CRPs que tiverem redes sociais devem
380 realizar no mínimo uma postagem com divulgação das chapas e suas plataformas em
381 iguais condições” teve dezoito votos. Passou-se à discussão do Anexo do Regimento.
382 Rogério de Oliveira Silva (CFP) esclareceu que o Anexo é de um Manual de Instruções,
383 e que alguns itens podem ser alterados, como a geração de senha, por exemplo, número
384 da resolução e outras adequações ao regimento aprovado. CRP-06 propôs que caberá à
385 Comissão Eleitoral realizar as alterações ao Manual e que esse será apreciado na
386 próxima APAF. Wagner Sautorato (CRP-01) solicitou a discussão relativa à criação de
387 uma conta exclusiva para o custeio das eleições. Maria da Graça Jacques (CFP)
388 esclareceu que esse ponto será contemplado na pauta financeira. As alterações ao
389 Regimento Interno foram aprovadas por unanimidade, conforme documento produzido
390 durante a Assembleia com as alterações discutidas. O anexo do Regimento Eleitoral
391 deverá ser apreciado na próxima APAF. Maria da Graça Jacques (CFP) encerrou a
392 Assembleia às vinte e uma horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria da Graça
393 Corrêa Jacques, Secretária, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os
394 presentes acima nomeados e referenciados.